



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001129-11.2011.8.26.0566/01**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Exeqüente: **Ronaldo Aparecido Morena Perea**
 Executado: **Alberto Hideki Riu**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença, relativo à condenação do impugnado no pagamento de honorários sucumbenciais, promovida por **ALBERTO HIDEKI RIU** em face de **RONALDO APARECIDO MORENA**.

O impugnante pede a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a suspensão da execução, a inexigibilidade do título, e a devolução da titularidade da fórmula do produto que seria comercializado.

O impugnado, por sua vez, alega que não houve garantia do juízo e que devem ser tratados apenas os assuntos concernentes ao artigo 475-L, do Código de Processo Civil.

Sobreveio manifestação do impugnante, dizendo que não houve manifestação sobre a devolução da titularidade da fórmula, e que pediu a suspensão do cumprimento de sentença, pois não tem quaisquer recursos.

Por fim, foi determinado que se aguarde o trânsito em julgado da exceção de pré-executividade.

É o relatório.

Decido.

De prêmio, anoto que a exceção de pré-executividade (autos nº 566.01.2010.009148-9/01) já teve seu trânsito em julgado, não havendo qualquer óbice para a continuidade processual.

Ocorre que a presente impugnação não merece acolhida, uma vez que nos termos do § 1º, do art. 475-J, da lei processual, a impugnação ao cumprimento de sentença pressupõe a garantia do juízo, requisito esse ausente no presente caso.

Todavia, imprescindível para a continuidade do feito a análise da incidência dos benefícios da gratuidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com efeito, realmente houve o diferimento das custas, consoante fl. 261, restando determinado:

" de fato, o embargado não é beneficiário da AJG, por isso altero parcialmente a parte dispositiva da sentença para constar que o embargado não é beneficiário da AJG e terá que pagar os ônus da sucumbência ali estabelecidos. Relativamente às custas do processo, por ser beneficiário do diferimento concedido a fl. 51 da execução, recolherá as custas processuais depois do trânsito em julgado, mantendo, quanto mais, o conteúdo do julgado".

Dessa forma, resta evidente a existência da obrigação de pagamento dos honorários sucumbenciais, e da presente exigibilidade do recolhimento das custas processuais.

A questão já se encontra superada, não havendo razão para ser revista, motivo pelo qual não acolho o novo pedido de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita.

Sobre a titularidade da fórmula, prevalece nos autos o contido à fl. 296, do acórdão, sendo desnecessário qualquer pronunciamento sobre o assunto, haja vista que não é objeto do cumprimento de sentença.

Dito de outra forma, a impugnação ao cumprimento de sentença é o instrumento processual hábil para a defesa do executado, devendo se ater ao objeto da respectiva execução, de acordo com as matérias permitidas, podendo se socorrer de outros meios para assegurar o seu direito.

Isto posto, **JULGO EXTINTA** a presente impugnação com fundamento no art. 267, IV do Código de Processo Penal.

Descabida a fixação de honorários.

Prossiga-se na execução principal, requerendo o exequente o que de direito.

Sem prejuízo, determino que o executado/impugnante recolha as custas processuais.

P.R.I.

São Carlos, 23 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**